

***Lojas Colombo S.A. –
Comércio de Utilidades Domésticas
e Empresas Controladas***

*Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2007 e de 2006
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas
Farroupilha - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 1º de fevereiro de 2008.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº. 1SP 088.438/O-9/S/RS

LOJAS COLOMBO S.A. – COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Colombo S.A. – Comércio de Utilidades Domésticas (“Companhia”), é uma sociedade anônima com sede em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, com atuação nos Estados da Região Sul, São Paulo e Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto o comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessorias ao negócio principal. Complementam as atividades da Companhia a intermediação de serviços de prestação de garantia complementar.

A Companhia realiza vendas utilizando-se a modalidade de financiamento CDC – Crédito Direto ao Consumidor, a qual é substancialmente operada pela controlada indireta em conjunto Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e consoante as seguintes principais práticas contábeis:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas e os custos das operações de financiamento praticadas pela controlada indireta em conjunto Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento são registrados nas demonstrações do resultado consolidadas na rubrica de “Receitas de intermediação financeira” e de “Custo das mercadorias vendidas, da intermediação financeira e dos serviços prestados”, respectivamente.

(b) Aplicações financeiras

São demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de realização.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída na Companhia com base na análise da carteira de clientes e na controlada Credifar S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº. 2.682/99, do Banco Central do Brasil, e legislação complementar, em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de clientes.

(d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

(e) Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Investimento em controladas avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão ajustados a seus prováveis valores de realização, quando aplicável;
- Reavaliação parcial do ativo imobilizado procedida com base em avaliações efetuadas por peritos independentes. A reserva de reavaliação é realizada na proporção da realização dos bens por depreciações ou baixas;
- Depreciação do imobilizado e amortização do intangível, calculados pelo método linear, às taxas anuais indicadas nas Notas 8 e 9, que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

(f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real e nas alíquotas estabelecidas pela legislação tributária em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de cada exercício.

(g) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados sobre as diferenças temporais para fins fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base nas alíquotas de imposto de renda e da contribuição social em vigor, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

(h) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros, atualização monetária ou cambial incorridos até a data dos balanços. Os resultados das operações de “mercado a termo”, as quais estão vinculadas a contratos de financiamentos, são apurados de acordo com o regime de competência e apresentadas no passivo juntamente com as operações de financiamentos que lhes deram origem.

(i) Demais ativos e passivos circulantes

São demonstrados por valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

(j) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi constituída com base no julgamento da Administração da Companhia, auxiliada por seus consultores legais, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis em processos em andamento. Os saldos de provisões de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, estão sendo apresentados líquidos dos valores depositados judicialmente nos processos correspondentes.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta em conjunto Josema Administração e Participações S/A, da controlada indireta em conjunto Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e da controlada direta Correfar Corretora de Seguros S.A., cujos percentuais de participação estão apresentados na nota 7.

No processo de consolidação foram eliminados os saldos de contas a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades consolidadas, bem como os investimentos da sociedade controladora nas controladas.

Conforme mencionado na nota explicativa 7, em 7 de maio de 2007 foi aprovado aumento de capital na Josema Administração e Participações S.A. no valor de R\$ 35.003, mediante emissão de R\$ 35.003.000 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, com direito a voto. As ações foram subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco S/A. Como consequência o percentual de participação societária na controlada foi reduzido de 99,99991% para 49,99996%, passando a mesma a ser uma sociedade controlada em conjunto.

Como consequência, a partir de maio de 2007, os componentes do ativo e do passivo, as receitas e as despesas da sociedade controlada em conjunto Josema Administração e Participações S/A e da controlada indireta em conjunto Credifar S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, passaram a ser consolidadas na proporção de participação da investidora no capital social da investida. Desta forma, os saldos das receitas e despesas destas controladas foram integralmente consolidados no período de janeiro a abril de 2007, passando a partir de maio de 2007 a ser consolidados a razão de 50%.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	36.595	100.719	36.595	100.719
Export Notes	-	5.230	-	5.230
Títulos de renda fixa	196	32.902	196	32.902
Operações compromissadas lastreadas em títulos federais	-	-	87	145
	<u>36.791</u>	<u>138.851</u>	<u>36.878</u>	<u>138.996</u>

As operações compromissadas lastreadas em debêntures e os títulos de renda fixa são remunerados a taxa média de 101% da variação do CDI - Certificado de depósito Interbancário. As operações de export notes são remuneradas pela variação do dólar acrescidas de juros equivalentes a 4% a.a. As operações compromissadas lastreadas em títulos federais são remuneradas pela taxa SELIC.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Prestações a receber com financiamento próprio	37.563	43.636	37.563	44.644
Contas a receber CDC - Crédito Direto ao Consumidor	-	-	143.146	310.928
Rendas a apropriar de CDC - Crédito Direto ao Consumidor	-	-	(24.390)	(60.080)
Contas a receber CDCI - Crédito Direto ao Consumidor interveniência Bancária	2.400	1.424	2.400	1.424
Cartões de crédito	111.486	86.195	111.486	86.195
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.396)	(11.280)	(24.063)	(28.097)
Outros	<u>1.741</u>	<u>3.213</u>	<u>1.741</u>	<u>3.213</u>
Total	138.794	123.188	247.883	358.227
(-) Total do circulante	<u>(138.526)</u>	<u>(122.474)</u>	<u>(244.370)</u>	<u>(348.352)</u>
Total realizável a longo prazo	<u>268</u>	<u>714</u>	<u>3.513</u>	<u>9.875</u>

(a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo inicial	11.280	25.764	28.097	42.266
Complemento de provisão	4.169	17.170	19.213	39.022
Baixas efetuadas	<u>(1.053)</u>	<u>(31.654)</u>	<u>(23.247)</u>	<u>(53.191)</u>
Saldo final	<u>14.396</u>	<u>11.280</u>	<u>24.063</u>	<u>28.097</u>

(b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa – líquida das recuperações ocorrida no exercício, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Complemento de provisão	4.169	17.170	19.213	39.022
Recuperação de créditos de clientes	<u>(3.465)</u>	<u>(3.270)</u>	<u>(4.516)</u>	<u>(4.314)</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa – líquida das recuperações	<u>704</u>	<u>13.900</u>	<u>14.697</u>	<u>34.708</u>

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

(a) Composição dos impostos diferidos

Os saldos de impostos de renda e contribuição diferidos apresentam-se como segue:

Descrição	Controladora			Consolidado			Controladora e consolidado	
	2007			2007			2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total controladora	Total consolidado
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.599	1.295	4.894	10.232	3.683	13.915	3.836	17.874
Provisão para contingências	8.510	3.063	11.573	8.512	3.073	11.585	10.515	10.565
Provisões indedutíveis	430	155	585	430	155	585	-	-
Resultado negativo de contratos a termo	-	-	-	-	-	-	1.955	2.191
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	<u>21.852</u>	<u>7.867</u>	<u>29.719</u>	<u>21.852</u>	<u>7.867</u>	<u>29.719</u>	<u>30.465</u>	<u>30.465</u>
	<u>34.391</u>	<u>12.380</u>	46.771	<u>41.026</u>	<u>14.778</u>	55.804	46.771	61.095
(-) Total do ativo circulante			-			<u>(5.717)</u>	<u>(5.343)</u>	<u>(11.039)</u>
Total do ativo não circulante			<u>46.771</u>			<u>50.087</u>	<u>41.428</u>	<u>50.056</u>

(b) Período estimado de realização

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social e as diferenças temporais para fins fiscais. A realização desses créditos está baseada nas projeções orçamentárias que apresentam expectativa de gerações de lucros tributários futuros com realização prevista até 2015.

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos é como segue:

Ano	2007	
	Controladora	Consolidado
2008	-	5.717
2009	5.672	8.936
2010	6.909	6.961
2011	10.958	10.958
2012 a 2015	<u>23.232</u>	<u>23.232</u>
Total	<u>46.771</u>	<u>55.804</u>

Em 2007, a Companhia gerou prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias para fins fiscais, no montante de R\$ 41.433, compensáveis com lucros tributários futuros, para os quais não foram registrados créditos tributários tendo em vista a ausência de histórico de lucros tributáveis nos últimos anos.

(c) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	65.310	(8.394)	81.567	4.624
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial operacional	(32.114)	(25.165)	-	-
Equivalência patrimonial – não Operacional	(75.706)	-	(75.706)	-
Outras exclusões	-	-	(609)	-
Outras adições permanentes	1.077	2.529	1.130	2.634
Base de cálculo	(41.433)	(31.030)	6.382	7.258
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	14.087	10.550	(2.170)	(2.468)
IR/CS diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias geradas em 2007	(14.087)	-	(14.087)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	10.550	(16.257)	(2.468)
Corrente	-	-	(18.870)	(19.911)
Diferido	-	10.550	2.613	17.443

7. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre investimentos

	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações	Participação direta	Saldo do investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos/juros sobre capital propostos
Participações diretas – 2007:								
Josema Administração e Participações S/A (*)	70.006	317.254	50.207	70.006.000	49,99996%	158.627	32.132	10.421
Correfar Corretora de Seguros S.A.	50	250	(18)	50.000	100%	<u>250</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>
Total						<u>158.877</u>	32.114	<u>10.421</u>
Participações diretas – 2006:								
Josema Administração e Participações S/A (*)	35.003	54.322	20.997	35.003.000	99,99991%	54.322	20.997	6.425
Correfar Corretora de Seguros S.A.	50	269	(171)	50.000	100%	<u>268</u>	<u>(171)</u>	<u>-</u>
Total						<u>54.590</u>	20.826	<u>6.425</u>
Resultado de equivalência patrimonial na Credifar S.A.- Crédito, Financiamento e Investimento (**)							<u>4.339</u>	
Total resultado de equivalência patrimonial							<u>25.165</u>	

(*) Holding controladora da Credifar S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A equivalência patrimonial foi calculada com base no lucro de janeiro a abril de 2007, no montante de R\$ 14.056, à proporção de 99,99991% e no lucro de maio a dezembro de 2007 à proporção de 49,99996% (vide letra c(i)).

(**) Empresa cuja titularidade das ações de sua emissão foi transferida em março de 2006 para Josema Administração e Participações S/A mediante integralização de capital pela Companhia (vide letra c(i))

(b) Movimentação dos investimentos

	<u>Credifar*</u>	<u>Josema*</u>	<u>Correfar Corretora*</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2006	35.408	1	439	35.848
Integralização de capital com investimento em controlada	(35.000)	35.000	-	-
Integralização de Capital	-	2	-	2
Resultado da equivalência patrimonial	4.339	20.997	(171)	25.165
Dividendos/Juros s/Capital distribuídos	<u>(4.747)</u>	<u>(1.678)</u>	<u>-</u>	<u>(6.425)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2006	-	54.322	268	54.590
Integralização de Capital				
Resultado da equivalência patrimonial – operacional	-	32.132	(18)	32.114
Resultado de equivalência patrimonial não-operacional (**)	-	75.706	-	75.706
Dividendos Propostos		(5.211)		(5.211)
Reversão de Dividendos/Juros s/Capital	<u>-</u>	<u>1.678</u>	<u>-</u>	<u>1.678</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>-</u>	<u>158.627</u>	<u>250</u>	<u>158.877</u>

(*) Razão social das empresas investidas: Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, Correfar Corretora de Seguros S.A, Josema Administração e Participações S/A.

(**) Resultado decorrente da variação no percentual de participação (vide letra c(i)).

(c) Outras informações sobre investimentos

(i) Josema Administração e Participações S/A.

A Josema Administração e Participações S/A., constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades.

Em 7 de maio de 2007, a Colombo e o Banco Bradesco S.A. (Banco), formalizaram a participação societária em conjunto na controlada Josema Administração e Participações S.A., objeto do Acordo Operacional assinado entre as partes, que permite que o Banco suporte todo o “funding” necessário às operações realizadas por Credifar., controlada indireta em conjunto.

Nesta mesma data foi aprovado aumento do capital social na Josema Administração e Participações ao valor de R\$ 35.003, mediante a emissão de 35.003.000 ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal. As ações foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco S.A. Como conseqüência, o percentual de participação societária da Companhia na controlada foi reduzido de 99,99991% para 49,99996%, sendo apurado resultado de equivalência patrimonial não operacional no montante de R\$ 75.706 em decorrência do ganho de capital no investimento pela variação do percentual de participação.

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e controladas

(ii) Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

A Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira privada nacional, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração, e Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional, tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas da Companhia.

Em 7 de maio de 2007 foi aprovado aumento de capital social na Credifar S.A. – Crédito Financiamento e Investimento no valor de R\$ 38.772, mediante a emissão de 2.080.322 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, os quais foram subscritos e integralizados por Josema Administração e Participações S.A..

As demonstrações financeiras da Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2007 apresentam um ativo total de R\$ 241.992 e um passivo circulante e não circulante de R\$ 113.492. As rendas a apropriar de CDC - Crédito Direto ao Consumidor montam em R\$ 48.780 (2006 - R\$ 60.080) e estão classificadas na rubrica de “Contas a receber de clientes”, no balanço patrimonial consolidado, de acordo com o critério de consolidação proporcional. As rendas de operações de crédito montam em R\$ 145.183 (2006 – R\$ 114.550) e são registradas na rubrica “receita de intermediação financeira”, na demonstração do resultado consolidado, de acordo com o critério de consolidação proporcional.

8. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		Taxas ponderadas anuais de depreciação - %
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	
Edificações	23.328	22.070	23.328	22.070	4
Terrenos	4.696	4.796	4.697	4.796	
Móveis, utensílios e instalações	19.595	15.527	19.710	15.714	10
Veículos	5.348	5.603	5.348	5.603	20
Benfeitoria em imóveis	31.531	24.876	31.531	24.876	15,13
Equipamentos de processamento de dados – Hardware	<u>13.068</u>	<u>11.491</u>	<u>13.354</u>	<u>11.628</u>	20
	97.566	84.363	97.968	84.687	
Depreciações acumuladas	<u>(40.350)</u>	<u>(36.140)</u>	<u>(40.458)</u>	<u>(36.241)</u>	
	<u>57.216</u>	<u>48.223</u>	<u>57.510</u>	<u>48.446</u>	

As contas do ativo imobilizado incluem R\$ 1.323 (R\$ 1.334 em 2006), líquidos das depreciações acumuladas, relativos à reavaliação dos bens, substancialmente de terrenos e prédios, efetuada em exercícios anteriores.

9. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		Taxa anual ponderada de amortização - %
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	
Sistemas de informática	10.069	9.360	10.169	9.360	20
Marcas e patentes	53	53	53	53	-
Direito de utilização de imóveis	<u>11.767</u>	<u>12.614</u>	<u>11.767</u>	<u>13.036</u>	18,75
	21.889	22.027	21.989	22.449	
Amortizações acumuladas	<u>(18.450)</u>	<u>(17.477)</u>	<u>(18.481)</u>	<u>(17.503)</u>	
	<u>3.439</u>	<u>4.550</u>	<u>3.508</u>	<u>4.946</u>	

10. TRANSAÇÕES E SALDO COM PARTES RELACIONADAS

<u>Controladora</u>	<u>Credifar*</u>	<u>AR Colombo*</u>	<u>Farroupilha Adm*</u>	<u>Correfar Corretora*</u>	<u>Josema Adm. e Part.*</u>	<u>Banco Bradesco S.A.</u>	<u>Colmagi Atacadista*</u>	<u>Pessoas Físicas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Ativo</u>										
Contas a receber	4.697	-	-	-	-	-	-	-	4.697	5.654
Mútuos	-	-	-	14	-	-	-	-	14	928
Outras contas a receber	4.172	-	2.469	-	-	-	-	-	6.641	8.086
Dividendos a receber	-	-	-	-	5.211	-	-	-	5.211	1.678
Total créditos com partes relacionadas	<u>8.869</u>	<u>-</u>	<u>2.469</u>	<u>14</u>	<u>5.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.563</u>	<u>16.346</u>
Disponibilidades	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.266</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.266</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>										
Aluguéis a pagar	-	93	14	-	-	-	308	8	423	429
Mútuos	-	-	-	-	190.806	-	-	-	190.806	-
Contas a pagar	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>195</u>	<u>3.663</u>
Total débitos com partes relacionadas	<u>195</u>	<u>93</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>190.806</u>	<u>-</u>	<u>308</u>	<u>8</u>	<u>191.424</u>	<u>4.092</u>
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.535</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.535</u>	<u>-</u>
<u>Receitas/Despesas</u>										
Vendas e prestações de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.453
Despesas com vendas e administrativas	(39.638)	722	(6.908)	-	-	-	2.329	71	(43.424)	(42.790)
Despesas financeiras	8.885	-	-	21	13.025	374	-	-	22.305	712

As despesas administrativas das operações realizadas com a Credifar* e Farroupilha Adm* referem-se, principalmente, a despesas de natureza corporativa e de infra-estrutura operacional, apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas Instituições.

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e controladas

<u>Consolidado</u>	<u>AR Colombo*</u>	<u>Farroupilha Adm*</u>	<u>Correfar Corretora*</u>	<u>Banco Bradesco SA</u>	<u>Colmagi Atacadista</u>	<u>Pessoas Físicas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Ativo</u>								
Contas a receber	-	2.469	-	4.434	-	-	6.903	3.374
Aplicações Financeiras	-	-	91	-	-	-	91	-
Total créditos com partes relacionadas	-	2.469	91	4.434	-	-	6.994	3.374
Aplicações Financeiras	-	-	-	330	-	-	330	-
<u>Passivo</u>								
Aluguéis e contas a pagar	93	14	-	-	308	8	423	429
Recursos de aceites cambiais	-	-	-	-	50	-	50	29.099
Mútuos	-	-	-	95.403	-	-	95.403	-
Total débitos com partes relacionadas	93	14	-	95.403	358	8	95.876	29.528
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	746	-	-	746	-
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	37.369	-	-	37.369	-
<u>Receitas/Despesas</u>								
Despesas com vendas e administrativas	721	(6.907)	-	-	2.329	71	(3.786)	12.189
Despesas (receitas) financeiras	-	(755)	(10)	9.306	(11)	(860)	7.670	4.534

(*) Razão social das partes relacionadas: Correfar Corretora de Seguros S.A., Credifar S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda., A.R. Colombo Administração e Participações S.A, Josema Administração e Participação S/A.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos similares com as realizadas com terceiros.

Conforme mencionado na nota 3, a partir de maio de 2007, o percentual de participação societária na Josema Administração e Participações S.A. reduziu para 49,99996%, passando a mesma a ser uma sociedade controlada em conjunto com o Banco Bradesco S.A. Desta forma, os componentes do ativo e do passivo, as receitas e despesas consolidadas da Josema Administração e Participações S.A. foram agregadas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia na proporção de 49,99996%, correspondente a participação percentual no capital da investida.

Em 07 de maio de 2007 foi assinado contrato de mútuo com Josema Administração e Participações S.A., no montante de R\$ 181.800, com prazo de vencimento indeterminado. Em 31 de dezembro de 2007 o saldo do mútuo é de R\$ 190.806 na controladora, sujeito a encargos de acordo com a variação do INPC e juros de 0,5% ao mês.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Tipos de empréstimos	Indexador	Taxa de juros média ponderada	Controladora		Consolidado	
			2007	2006	2007	2006
<u>Capital de giro:</u>						
Em moeda nacional	R\$	0,90% do CDI a.a.	38.693	187.735	39.209	192.676
Em moeda estrangeira	US\$	VC(*) + 8,75% a.a.	-	113.426	-	113.426
Total capital de giro			38.693	301.161	39.209	306.102
<u>Obrigações por depósitos:</u>						
Depósitos interfinanceiros	R\$	11,33% a.a.	-	-	37.369	135.382
			38.693	301.161	76.578	441.484
(-) Total do passivo circulante			(37.886)	(298.719)	(75.771)	(438.602)
Total do passivo não circulante			807	2.442	807	2.882

(*) Variação cambial

Em garantia destas obrigações foram oferecidos avais dos diretores.

Moeda Nacional:

Em 31 de dezembro de 2007, parte das operações de capital de giro em moeda nacional referem-se a operações de “comprar” com fornecedores, totalizando na controladora e no consolidado o valor de R\$ 30.572 e “vender” com fornecedores, totalizando na controladora e no consolidado o valor de R\$ 3.686.

As obrigações por depósitos interfinanceiros referem-se a depósitos pré-fixados captados junto ao Banco Bradesco S/A em prazo de 1 a 30 dias, remunerados as taxas de 11,33% a.a. (13,95% a.a. a 14,05% a.a. em 2006).

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
2008	-	1.723	-	2.163
2009	807	719	807	719
	807	2.442	807	2.882

Moeda Estrangeira:

A Companhia emitiu em 14 de dezembro de 2005 títulos a serem negociados na Bolsa de Luxemburgo no montante de U\$ 50.000 mil, sujeitos a taxa de 8,75% a.a. mais impostos e variação cambial. A liquidação do empréstimo ocorreu no vencimento, em 14 de dezembro de 2007.

Para proteção contra as oscilações do câmbio do empréstimo de capital de giro contratado em moeda estrangeira, a Companhia assinou em 26 de abril de 2006 dois contratos na modalidade a “Termo de moedas sem entrega física” nos montantes de U\$ 32.000 mil e U\$ 18.000 mil, totalmente liquidado na data do vencimento, em 14 de dezembro de 2007. Em 2007, a perda auferida pró-rata até a data do vencimento relativo a estas operações totalizava R\$ 9.771 no ano de 2007 e R\$ 16.425 no ano de 2006, registrada em despesas financeiras.

12. ARRENDAMENTOS MERCANTIS E ALUGUEL DE LOJAS

A Companhia mantém junto a instituições financeiras operações de “leasing” de veículos e equipamentos, cujos encargos mensais são reconhecidos ao resultado observado o regime de competência em função do período transcorrido pelo uso..

O valor das parcelas dos contratos contabilizadas no resultado do exercício na conta de despesas gerais e administrativas totaliza R\$ 9.712 em 2007 (R\$ 10.307 em 2006). As parcelas remanescentes serão pagas, mensalmente, em prazos variáveis, até novembro de 2010, como segue:

	Taxa	Prazo contratual	Controladora e Consolidado			
			2007		2006	
			Valor contratual	Valor pago no ano	Valor contratual	Valor pago no ano
Veículos	CDI + 2,2540% a.a	36 meses	7.039	1.583	7.039	2.470
Veículos	CDI + 1,9500% a.a	42 meses	238	226	238	84
Veículos	CDI + 1,7500% a.a	48 meses	1.859	657	1.859	544
Veículos	Tx Pr + 1,4271% a.m	60 meses	7.190	2.150	7.190	1.951
Equipamentos	CDI + 2,4517% a.a	36 meses	12.867	4.308	12.867	4.555
Equipamentos	CDI + 1,9500% a.a	42 meses	-	-	348	121
Equipamentos	CDI + 3,0410% a.a	48 meses	<u>2.178</u>	<u>788</u>	<u>2.178</u>	<u>582</u>
			<u>31.371</u>	<u>9.712</u>	<u>31.719</u>	<u>10.307</u>

A Companhia possui 280 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêm uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa, possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, as despesas de aluguéis totalizaram R\$ 22.699 (R\$ 25.278 em 2006) registradas na rubrica Despesas com vendas. O saldo de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$ 2.698 (R\$ 1.967 em 31 de dezembro de 2006), registrado na rubrica Outras Contas a Pagar.

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

	Provisão para contingências			
	<u>Controladora</u> <u>2007</u>	<u>Controladora</u> <u>2006</u>	<u>Consolidado</u> <u>2007</u>	<u>Consolidado</u> <u>2006</u>
ICMS (a)	18.597	18.597	18.597	18.597
Contingências trabalhistas, previdenciárias e cíveis	10.585	7.412	10.683	7.556
Outros	<u>1.303</u>	<u>1.305</u>	<u>1.302</u>	<u>1.305</u>
Total	30.485	27.314	30.582	27.458
(-) Depósitos judiciais relacionados	<u>(26.530)</u>	<u>(23.437)</u>	<u>(26.530)</u>	<u>(23.437)</u>
Total do não circulante	<u>3.955</u>	<u>3.877</u>	<u>4.052</u>	<u>4.021</u>

(a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da incidência do ICMS sobre encargos financeiros, sendo que, em conexão com este, foram efetuados depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2007, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos, representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias, cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, era de aproximadamente R\$ 411 (R\$ 331 em 31 de dezembro de 2006). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, por entenderem que não haverá perdas, não registrou provisão para riscos sobre esses valores.

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

A composição de impostos, taxas e contribuições pode ser assim visualizada:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	9.023	15.419
PIS e COFINS	5.222	5.211	5.497	5.747
PAES (a)	7.657	8.843	7.657	8.843
ICMS	10.989	9.411	10.989	9.411
Obrigações sociais	3.757	4.344	3.774	4.375
Outros	<u>1.173</u>	<u>715</u>	<u>1.239</u>	<u>769</u>
Total	28.798	28.524	38.179	44.564
(-) Total do passivo circulante	<u>(22.692)</u>	<u>(21.238)</u>	<u>(32.073)</u>	<u>(37.278)</u>
Total do passivo não circulante	<u>6.106</u>	<u>7.286</u>	<u>6.106</u>	<u>7.286</u>

(a) Impostos a pagar - Parcelamento Especial - PAES

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, regulamentado pelo Governo Federal através do Decreto n°. 3.431, de 24 de abril de 2000, o qual permite a consolidação de dívidas tributárias existentes com a Receita Federal e Previdência Social. O saldo da referida dívida, dos impostos IRRF, PIS, COFINS, FINSOCIAL, IRPJ e CSLL foi consolidado para ser amortizado em 120 parcelas mensais.

Durante o exercício de 2002, a Companhia foi questionada pelas Autoridades Fiscais, com relação a certos procedimentos relacionados ao cômputo e recolhimento de contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Em agosto de 2003, a Companhia refinanciou a dívida do REFIS e parcelou o débito do INSS através do PAES - Parcelamento Especial, para ser amortizado em 120 parcelas mensais.

O saldo consolidado a pagar, em 31 de dezembro de 2007, no longo prazo, correspondente a 66 parcelas, com vencimento final para maio de 2013. A Companhia encontra-se em dia com suas obrigações tributárias.

A distribuição anual da amortização a longo prazo é a seguinte:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
2008		1.557
2009	1.552	1.357
2010	1.396	1.357
2011	1.396	1.357
2012	1.396	1.357
2013	1.396	1.357
2014	<u>521</u>	<u>501</u>
Saldo	<u>7.657</u>	<u>8.843</u>
Parcela a curto prazo	<u>(1.551)</u>	<u>(1.557)</u>
Total longo prazo	<u>6.106</u>	<u>7.286</u>

Foram dados como garantia bens do ativo imobilizado.

A movimentação dos valores devidos ao PAES é demonstrada como segue:

	<u>Saldo</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2006	9.605
Atualização monetária	561
Pagamentos efetuados	<u>(1.323)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>8.843</u>
Atualização monetária	387
Pagamentos efetuados	<u>(1.573)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>7.657</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 dezembro de 2007 e de 2006, o capital social estava composto por 40.613.484 ações, sendo 35.199.861 ações ordinárias e 5.413.623 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no País. As ações preferenciais, que não têm direito a voto, gozam de prioridade na distribuição de um dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a. sobre o capital social.

(b) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação própria, realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados, é transferida para lucros (prejuízos) acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

(c) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, (III) reservas estatutárias de 15% para reserva para compra de próprias ações, não podendo exceder a 10% do capital social, e reserva para futuro aumento de capital, não podendo exceder a 60% do capital social e, (IV) atingidos os limites das reservas anteriores, o respectivo saldo será destinado à capitalização.

(d) Dividendos

Em 31 dezembro de 2007, foram computados dividendos, da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	65.310
(-) Prejuízos acumulados	<u>(18.274)</u>
Lucro após compensação com prejuízos acumulados	47.036
Reserva legal (5%)	(2.351)
Realização da reserva de reavaliação	<u>9</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>44.694</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u><u>11.174</u></u>

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após compensação com saldo de prejuízos acumulados, formação de reserva legal e proposta de distribuição de dividendos, estão sendo constituídas as seguintes reservas estatutárias:

Saldo após a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	<u>33.520</u>
Reserva para compra de ações próprias (15%)	5.028
Reserva para futuro aumento de capital	28.492

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma revisão de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram avaliados em relação aos valores de mercado na data dos balanços. O resultado dessa avaliação não indicou uma variação significativa nos valores.

As principais bases de instrumentos financeiros que afetam o negócio da Companhia estão abaixo relacionadas:

(a) Risco de moeda e taxas de juros

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas significativas por conta de flutuações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros, que possam afetar os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos (vide nota 11) e de aplicações financeiras (vide 4) para fazer “hedge” contra esses riscos em algumas operações, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Adicionalmente, a controlada indireta Credifar S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos contratadas em negociações associadas a operações de aplicação de recursos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela administração.

Em 31 de dezembro, as operações de “swap”, todas realizadas com agentes do mercado financeiro e registradas na CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, estão compostas como segue:

<u>Indexador</u>	<u>2007</u>						<u>2006</u>
	<u>Valor de referência</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Posição ativa</u>							
CDI	206.326	108.684	105.090	197	213.971	213.971	231.114
<u>Posição passiva</u>							
Pré	206.326	108.964	105.289	198	214.450	214.462	231.784
Total a receber	-	7	16	-	23	72	-
Total a pagar	-	(287)	(215)	-	(502)	(563)	(670)

Os valores a receber e a pagar dos contratos de “swap” estão registrados nas contas de ativo circulante, na rubrica “disponibilidades”, e passivo circulante e exigível a longo prazo na rubrica “empréstimos e financiamentos”, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 não havia operações nos mercados futuro e de opções.

(b) Risco de crédito

Risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de inadimplência nas contas a receber e financiamentos a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia possui política de concessão de créditos que visam minimizar eventuais problemas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	5.501	7.050	5.501	6.366
Rendas de aplicações financeiras	17.319	13.653	17.340	13.708
Variação cambial de empréstimos	-	12.965	-	12.965
Descontos obtidos	7.992	4.315	7.991	4.315
Outras	<u>600</u>	<u>1.237</u>	<u>600</u>	<u>1.238</u>
	<u>31.412</u>	<u>39.220</u>	<u>31.432</u>	<u>38.592</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(42.651)	(46.486)	(31.736)	(45.915)
Variação cambial de empréstimos	(10.277)	(5.749)	(10.277)	(5.749)
Descontos concedidos	(212)	(436)	(212)	(436)
Despesas bancárias	(1.593)	(3.190)	(1.603)	(3.213)
Variações monetárias	<u>(147)</u>	<u>(561)</u>	<u>(147)</u>	<u>(561)</u>
	<u>(54.880)</u>	<u>(56.422)</u>	<u>(43.975)</u>	<u>(55.874)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(23.468)</u>	<u>(17.202)</u>	<u>(12.543)</u>	<u>(17.282)</u>

18. SEGUROS – NÃO AUDITADA

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas e proteção para todos os seus ativos patrimoniais seguráveis. As coberturas e limites segurados nas apólices foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade da empresa e orientações de seus consultores de seguros.

19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Equivalência patrimonial (Nota 7)	75.706	-	75.706	-
Outras	<u>604</u>	<u>761</u>	<u>(502)</u>	<u>460</u>
	<u>76.310</u>	<u>761</u>	<u>75.204</u>	<u>460</u>

20. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício (2008), enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação dois novos subgrupo de contas: (i) intangível e (ii) ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens.
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade da companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Requerimentos que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Revogação da possibilidade de registrar (i) prêmio recebido na emissão de debêntures e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderão ser destinados, após transitarem pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei entrar em vigor.
- Requerimento que transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.

- Eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.